

A influência da substituição tributária subsequente em aquisições de mercadorias interestaduais de uma empresa do Estado de Santa Catarina

Regina Darelli Michelon

Graduanda em Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Catarina
ginaufsc2013@gmail.com

Sèrgio Murilo Petri

Doutor em Engenharia da Produção
Universidade Federal de Santa Catarina
smpetri@gmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar a influência do ICMS/ST na composição do preço final de compra em uma aquisição interestadual pela atratividade do preço mais baixo oferecido pelo fornecedor. Efetuou-se uma revisão bibliográfica acerca do conceito do ICMS e da Substituição Tributária; destacando resumidamente as principais informações contidas na RICMS-SC 01 e Convênio 52/2017 para os procedimentos e aplicabilidade do ICMS/ST. Elaborou-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, através da coleta de dados da Nota Fiscal de entrada para as operações interestaduais e uma simulação de preço nas operações internas efetuando as devidas comparações necessárias para responder ao problema de pesquisa explanado, atinentes ao objetivo do presente estudo de caso. Concluiu-se que a substituição tributária exerce uma influência sobre o valor total de compra e com base nesse estudo de caso a empresa Unity Seg Segurança Eletrônica poderia ter efetuado um planejamento na aquisição de suas mercadorias, visto que a atração por um preço mais baixo de outra Unidade Federativa, não favoreceu a empresa, pois a Margem de Valor Agregado utilizada na base de cálculo do ICMS/ST é mais alta em operação interestadual, o que provocou uma grande diferença em relação ao recolhimento do imposto.

Palavras-chave: ICMS. Substituição Tributária. Operação Interestadual.

Área Temática: 5 - Tributos.

1 INTRODUÇÃO

Considera-se que os impostos são tributos não vinculados, ou seja, sua arrecadação não possui nenhum tipo de destinação própria. Então para que ocorra a origem de uma obrigação tributária atinente aos impostos, é necessário apenas que o contribuinte atue em concordância com a situação descrita em lei como fato gerador, tornando-se devedor do Estado.

Conforme Frossard (2018) o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre as prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) está previsto na Constituição Federal de 1988 em seu art.155. Junto a esta constituição também está prevista a sistemática do ICMS, que conforme Mariano et.al (2016) chamamos de Substituição Tributária (ICMS/ST), a qual é uma forma de tributação, que atribui a responsabilidade pelo recolhimento do imposto devido em relação às operações e prestações a um contribuinte que possui vinculação indireta, com o contribuinte que efetuou realmente o fato gerador. O preceito constitucional previsto no §7º, do artigo 150, da Constituição Federal, que trata da Substituição Tributária foi regulamentada somente com a Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996, chamada de Lei Kandir, trazendo todas as regras que deveriam ser seguidas pelo Estado e Distrito Federal.

No sistema normal de apuração do ICMS, o seu recolhimento acontece em cada etapa de operação de circulação de mercadoria e prestação de serviço, ou seja, toda vez que é realizada uma operação compra e venda. Esse tipo de recolhimento, tem gerado um certo descontrole na arrecadação deste tributo, visto que muitos contribuintes estavam sonegando e por ser uma operação em várias etapas o fisco não conseguia controlar e nem diminuir a sonegação. Justamente por essa eventualidade foi implementado uma sistemática denominada de substituição tributária em operações subsequentes, uma das três espécies existentes na Substituição Tributária, que conforme o autor (GORGES, 2011) é uma modalidade que antecede o recolhimento do ICMS, antes gerado em várias etapas da cadeia de circulação de mercadoria, para o primeiro contribuinte da cadeia que seria a indústria ou o importador em regra geral.

A presente pesquisa surgiu pela motivação do qual muitos empresários possuem a prática de adquirir mercadorias de fora do estado de Santa Catarina. Porém, com a implementação da Substituição Tributária em operações subsequentes, um método criado para melhorar a fiscalização e acabar com a sonegação por parte dos contribuintes, tem se apresentado, por vezes, como um problema aos empresários independente do seu regime de tributação, que se sentem atraídos por um preço mais baixo oferecidos pelo fornecedor de fora do estado, esquecendo de acrescentar ao valor total do produto o custo com ICMS/ST.

Não é o propósito da Substituição Tributária acrescer o preço de um produto, porém muitas vezes a Margem de Valor Agregada (MVA) estipulada pela administração tributária e que deve ser agregada a base de cálculo do imposto, não reflete à verdadeira situação econômica e acaba superfaturando o valor total da compra. Portanto essa pesquisa científica possui o objetivo de analisar a influência da Substituição Tributária na composição do preço final de compra em uma aquisição interestadual pela atratividade do preço mais baixo oferecido pelo fornecedor. Destaca-se a importância de se planejar e conhecer a Substituição Tributária, principalmente as suas alíquotas, efetuando o seu devido cálculo antes de efetivar uma compra, para que o custo de tal mercadoria não seja muito alto para a empresa, tampouco na hora de estipular o preço de venda para o consumidor final ou até mesmo para pessoa jurídica.

É nesta dinâmica e linha de raciocínio que se chegou ao problema de pesquisa: **Qual a influência da Substituição Tributária em uma operação de compra interestadual atraída por um valor mais baixo ofertado pelo fornecedor?**

Com o desígnio de se chegar a uma resposta para à pergunta exposta nesta pesquisa, por meio do objetivo geral, foi necessário acompanhar os objetivos específicos, que consistem

em: definir o conceito do ICMS e da Substituição Tributária; destacar resumidamente as principais informações contidas na RICMS-SC 01 e Convênio 52/2017 para os procedimentos e aplicabilidade do ICMS/ST; analisar as Margens de Valor Agregado e as alíquotas da operação conforme o regime de tributação e comparar as mercadorias adquiridas com Substituição Tributária em aquisição interestadual, com uma operação interna.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir apresenta-se a revisão bibliográfica sobre a temática abordada neste artigo.

2.1 ICMS

O ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) é considerado um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal. Sua regulamentação está prevista na Constituição Federal de 1988, em seu art.155, inc. II (BRASIL, 1988):

Art.155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadoria e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Conforme a descrição de Koch (2010, p.30) “para que nasça o direito de o Estado cobrar o tributo e o dever do contribuinte para recolhê-lo, é necessário que uma lei o institua, definindo os seus elementos delimitadores e que ocorra efetivamente o respectivo fato gerador”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Oliveira (2009, p.130) destaca que a “legislação em vigor considera como contribuinte qualquer pessoa física ou jurídica, que realize operações de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, ainda que iniciem no exterior”. Portanto conforme autores é importante que haja esse vínculo com o fato gerador de circulação de mercadorias, para que seja dado a um contribuinte a sua devida obrigação tributária.

Existem alguns critérios de classificação compatíveis ao ICMS; uma delas consiste que esse tipo de imposto é considerado indireto por transmitir a responsabilidade tributária a uma terceira pessoa, que seria o próprio consumidor final. É importante enfatizar:

A partir desta característica, surgem o contribuinte de fato, que é aquele que efetivamente suporta o ônus do tributo, condição assumida pelo consumidor final, e o contribuinte de direito a quem cabe a responsabilidade pelo recolhimento do tributo devido (KOCH, 2010, p. 41).

Ainda sobre esta característica pode-se considerar o ICMS um imposto não acumulativo, que permite a possibilidade de abater o valor pago na etapa anterior de circulação da mercadoria. “O ICMS está regido pela não-cumulatividade (Art.155, § 2º, Inciso I, CF/88) compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadoria ou prestação de serviço como montante, cobrado nos anteriores pelo mesmo ou por outro Estado ou pelo Distrito Federal” (OLIVEIRA, 2009, p.130).

A Lei Complementar nº 87 de 1996, não é responsável pela fixação das alíquotas que devem ser aplicadas no ICMS nas operações internas, interestaduais e de exportação. O autor destaca que:

De acordo com as normas do art.155, § 2º, IV e V, CF/88, nas operações interestaduais e de exportação, as alíquotas do ICMS devem ser fixadas por resolução do Senado, aprovada pela maioria absoluta dos membros, sendo facultado ao Senado estabelecer alíquotas mínimas e máximas nas operações internas (KOCH, 2010, p.219).

Portanto Koch (2010, p.220) elucida que “obedecidos os limites constitucionais, cada unidade da Federação poderá fixar as alíquotas internas que achar compatíveis com a sua realidade econômica, dentro da política fiscal adotada”. Na RICMS-SC/2001 aprovado pelo Decreto nº 2.870/2001, em seu Capítulo IV, Sessão II, Art. 26 é possível verificar as alíquotas do imposto que variam em função da essencialidade e, também da destinação do produto e suas peculiaridades, sendo as alíquotas interestaduais de 4%,7%,12% e via de regra as alíquotas nas operações internas sendo de 12%,17% ou 25 % dependendo da circunstância em que se aplica.

2.2 Substituição Tributária

A Substituição Tributária é uma sistemática, manuseada pelo fisco com a finalidade de diminuir a sonegação do imposto sobre circulação de mercadoria e prestação de serviço, por parte dos contribuintes. Portanto o autor defende que de fato a Substituição Tributária é um “[...] instituto amplamente utilizado pela legislação do ICMS, tem a finalidade de facilitar a fiscalização [...]” (FROSSARD, 2018, p.21).

O regime de Substituição Tributária é uma forma de contribuição que está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Mariano et al. (2010) ressaltam que o reconhecimento do instituto jurídico da substituição tributária do ICMS no contexto da Carta Magna foi determinado apenas por meio da Emenda Constitucional nº 3/1993, quando acrescentou ao artigo 150 da CF/88 o § 7º.

No êxito das normas constitucionais, os autores enfatizam que “[...] coube à Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, regulamentar o preceito constitucional previsto no §7º, do artigo 150 e trazer as regras básicas que deveriam ser observadas pelos Estados e Distrito Federal na instituição do ICMS” (MARIANO et al., 2010, p.21).

A Substituição Tributária conforme a legislação, atribui a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS em uma cadeia produtiva a um sujeito passivo, que não seja o contribuinte de fato. Diante desse contexto conceitua-se que a substituição tributária “significa colocar no polo passivo da obrigação tributária outra pessoa que não o contribuinte, ficando esta responsável pela retenção do imposto devido pelo contribuinte e pelo pagamento aos cofres públicos” (FROSSARD, 2018, p. 240). Seguindo a mesma linha de raciocínio, de acordo com Koch (2010, p. 159) o “sujeito passivo pode ser representado pelo contribuinte, que tem relação direta com o fato gerador, e pelo responsável, assim qualificado expressamente por lei, desde que guarde uma vinculação indireta com o respectivo fato gerador”. De modo geral a substituição tributária ela trata de uma tributação, que possui uma previsão constitucional que por momentos “atribui a responsabilidade pelo recolhimento do imposto a um destinatário com a condição de substituto tributário, exercido em modalidades de operações antecedentes, e ora atribui ao remetente essa condição de substituto em operações de espécie subsequente” (GORGES, 2011, p.1240).

Presentemente, no estado de Santa Catarina, o regime da substituição tributária do ICMS encontra-se regulamentado pela Lei Estadual nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996 que institui normas gerais sobre o ICMS e no regulamento do estado conhecido como RICMS-SC/01 em seu Anexo 3, estabelecendo todas as regras para essa modalidade de tributação.

2.3 Procedimentos e aplicações da substituição tributária nas operações subsequentes

2.3.1 Modalidade da Substituição Tributária

Com a instituição da Lei Complementar nº 87/1996, começou a surgir três espécies relacionadas à substituição tributária, sendo a modalidade antecedente, concomitante e a de

operação subsequente. De acordo com Koch (2010, p.166), “a substituição tributária nas operações antecedentes cuida das operações beneficiadas com o diferimento do pagamento do imposto para a operação seguinte”. Na visão de Frossard (2018, p.243), “o diferimento ocorre somente para as operações dentro do estado”. No que se refere às operações concomitantes, essa espécie de substituição tributária, conforme Mariano et al. (2010, p.82), “caracteriza-se pela atribuição da responsabilidade pelo pagamento do imposto a outro contribuinte, e não àquele que esteja realizando a operação/prestação, concomitante à ocorrência do fato gerador [...]”. O objeto de estudo deste artigo científico decorre sobre o custo de aquisição de mercadorias em operações subsequentes, o autor defende que:

Na substituição tributária relativa às operações subsequentes é atribuída ao fabricante, ao atacadista, ao distribuidor, ao importador, ao arremate de mercadorias importadas ou ao depositário a qualquer título, a condição de sujeito passivo por Substituição Tributária, responsabilizando-se pelo recolhimento do imposto relativo às operações subsequentes até a praticada pelo comerciante varejista, inclusive com relação ao diferencial de alíquota (MARIANO et al., 2010, p.34).

Esse tipo de operação também pode ser chamado de Substituição Tributária antecipada ou “para frente”. Uma maneira mais prática e objetiva para simplificar o entendimento sobre essa operação é exemplificando através de um esquema: suponha-se que uma indústria que fabrica aparelhos eletrônicos venda ao varejista e estes vendem a consumidores finais. De fato, a indústria permanece como contribuinte, na venda ao varejo, e responsável pelo recolhimento do ICMS-ST, na venda do varejo ao consumidor final. Como se trata de uma modalidade de antecipação do recolhimento do imposto, por via de regra o recolhimento da Substituição Tributária sempre será realizado pelo industrial, pois ele é o primeiro contribuinte na cadeia de produção (FROSSARD, 2018).

2.3.2 Contribuintes da Substituição Tributária Subsequente

Existem três tipos de contribuintes na substituição tributária o substituto, o substituído e o responsável. No RICMS-01, Anexo 3, Art.11 é definido genericamente o papel de cada contribuinte. Para (GORGES, 2011, p.1246) o contribuinte substituto é “aquele a quem é atribuída a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS das etapas subsequentes”. Na visão de Koch (2010) o substituto tributário é representado pelo fabricante, o atacadista, o distribuidor, o importador, o arrematante de mercadoria importadas, ressaltando-se também que qualquer empresa que realizar operações interestaduais destinadas a contribuintes localizados em Unidade Federativa signatária de protocolo ou convênio, devem efetuar a retenção, com o destaque do ICMS/ST na nota fiscal, salvo, se não existir nenhum protocolo ou convênio entre as partes. No que se refere ao contribuinte substituído Mariano et.al (2016, p.87), esclarece que “o imposto que seria devido relativo às operações/prestações de serviço é pago anteriormente pelo contribuinte substituto”. Por via de regras o substituído em operações subsequentes é representado geralmente pelos atacadistas, distribuidores e os comerciantes varejistas que recebem essas mercadorias para revenda (KOCH, 2010). Quando se trata do contribuinte responsável o destinatário da mercadoria torna-se totalmente responsável. Conforme Gorges (2011) quando ocorre de o remetente da mercadoria estar estabelecido em SC, é de total responsabilidade do mesmo o recolhimento do ICMS-ST, e não do Estado destinatário.

2.3.3 Convênios e Protocolos

Os convênios são os atos praticados no âmbito do CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), assinados por todos os representantes de cada um dos Estados e Distrito

Federal que deliberam a “[...] concessão de incentivos fiscais, tem previsão no texto constitucional e na lei complementar, constituindo-se, por força dessas referidas disposições legais, como instrumento obrigatório para efeito de aprovação dos benefícios [...]” (MARIANO et al., 2010, p.32). A aplicação do convênio ocorre no âmbito interno de cada ente federativo e também no âmbito interestadual. No dia 01/01/2018 começou a valer um novo convênio acordado pela CONFAZ, o ICMS 52/2017, que revogou o Convênio ICMS 92/15; este convênio dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação relativos às operações subsequentes.

Já os Protocolos, conforme os autores, “[...] tem como base legal no Regimento do Confaz e destina-se a estabelecer procedimentos fiscais comuns entre as Unidades da Federação, visa otimizar o controle e a fiscalização de determinadas operações e não pode dispor sobre benefícios fiscais”. (MARIANO et al., 2010, p.34). O Protocolo utilizado nesse estudo para a operação interestadual entre São Paulo e Santa Catarina está firmado no PROTOCOLO ICMS 117, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012, conforme publicado pela CONFAZ em seu site.

2.3.4 Mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária no Estado de Santa Catarina

Conforme o convênio ICMS Nº 52/2017, somente podem ser submetidas ao regime de Substituição Tributária as mercadorias que estiverem relacionadas em seus anexos, o próprio convênio autoriza a aplicação da ST, porém é de responsabilidade da legislação de cada Unidade Federativa estabelecer as mercadorias que sofrerão a aplicabilidade da Substituição Tributária. No estado de Santa Catarina os segmentos sujeitos a essa sistemática estão dispostos no RICMS-SC/01, SEÇÃO I, em seu Anexo 1-A, pelo qual sofreu uma atualização recentemente pelo Decreto nº 1.541/2018, excluindo algum dos segmentos do anexo, com os efeitos a partir de 1º de abril do ano de 2018, sendo eles materiais de limpeza, papéis, plásticos, produtos cerâmicos e vidros e os produtos alimentícios.

Portanto os segmentos que ainda permanecem com algumas mercadorias regidas pela substituição tributária são os de:

- a) Autopeças;
- b) Bebidas alcoólicas, exceto cerveja e chope;
- c) Cervejas, chopes, refrigerantes, águas e outras bebidas;
- d) Cigarros e outros produtos derivados do fumo;
- e) Cimentos;
- f) Combustíveis e lubrificantes;
- g) Energia elétrica;
- h) Ferramentas;
- i) Lâmpadas, reatores e starter;
- j) Materiais de construção e congêneres;
- k) Materiais elétricos;
- l) Medicamentos de uso humano e outros produtos farmacêuticos para uso humano ou veterinário;
- m) Pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha;
- n) Produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos;
- o) Produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos;
- p) Rações para animais domésticos;
- q) Sorvetes e preparados para fabricação de sorvetes em máquinas;
- r) Tintas e vernizes;
- s) Veículos automotores;

- t) Veículos de duas e três rodas motorizados
- u) Venda de mercadorias pelo sistema porta a porta.

É importante ressaltar que, de acordo com Koch (2010) as mercadorias pertencentes a esses segmentos citados não são definitivas, ou seja, em qualquer momento podem ser incluídos ou deletados os produtos ou operações desta sistemática de tributação, mas essas devidas alterações só podem ocorrer se houver um acordo entre todas as Unidades Federativas e o Distrito Federal, através do convênio estabelecido entre as partes.

2.3.5 Cálculo da Substituição Tributária das operações subsequentes

Considera-se a definir a base de cálculo como “o valor da operação ou da prestação do serviço, para fins de cálculo do imposto”. (FROSSARD, 2018, p. 153). Na RICMS-SC, em seu anexo 3, Arts. 13 a 16 e Capítulo IV, encontram-se as fórmulas utilizadas pelos contribuintes optantes pela tributação normal ou pelo Simples Nacional, na condição de Substituto Tributário ou Substituído dependendo a situação em que estão submetidas. Conforme Gorges (2011), a base de cálculo da Substituição Tributária pode ser igual ao preço máximo de venda a varejo fixado pela autoridade federal, ou, igual ao preço final ao consumidor sugerido pelo fabricante, ou por fim inexistindo ou não estando permitidos na seção própria de cada mercadoria, em regra geral será formada pelo somatório do valor total dos produtos, adicionado o seguro, frete, o IPI e outros encargos cobrados ou transferidos ao adquirente, somado a Margem de Valor Agregado (MVA). Na maioria dos casos a fórmula aritmética do cálculo do ICMS-ST pode ser representado conforme a seguir:

$$\text{ICMS-ST} = (\text{Base de Cálculo da Substituição Tributária} \times \text{Alíquota interna}) - \text{ICMS Próprio.}$$

Como essa pesquisa se rodeia em torno de um contribuinte do Simples Nacional, enquadrado como uma EPP (Empresa de Pequeno Porte) na condição de substituído, ou seja, o destinatário em Santa Catarina está enquadrado no Simples Nacional, e a base de cálculo será efetuada através da MVA, é importante esclarecer que existe um benefício para as empresas que optam pela tributação do simples. A Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) implementou uma redução de 70% da Margem de Valor Agregado Original ou Ajustada, ou seja, nas operações internas e interestaduais, de alguns produtos dos segmentos que ingressaram no regime de Substituição Tributária (ST). A legislação que se refere a esse assunto está no Decreto 3.467 – DOE de 20/08/10, implementado no RICMS/SC-01 em seu Anexo 3 (GORGES, 2011).

As Margens de Valor Agregado (MVA) são fixadas com base em preços usualmente no mercado. Há dois tipos de Margem de Valor agregado que podem ser utilizadas na base de cálculo conforme se é uma operação interna ou uma operação interestadual. O Convênio 52/2017 esclarece que a MVA Original é utilizada em operações internas e estabelecidas pelas Unidades Federativas do destino, e no que se refere a MVA Ajustada é aplicada na base de cálculo das operações interestaduais, toda vez que a alíquota interna for maior que a alíquota interestadual, porém quando se trata de uma operação interestadual em que o remetente é optante pelo regime do ICMS nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 do Simples Nacional, a margem de valor agregada ajustada, não deve, em hipótese alguma ser aplicada e sim apenas a margem de valor original conforme a edição do Convênio ICMS 35/2011, que começou a valer a sua aplicação em 01/06/2011.

Existe um outro fator que deve ser considerado quando se trata da base de cálculo por Substituição Tributária, pelo qual as mercadorias não se destinam a revenda para pessoa jurídica. No Convênio 52/2017, na SEÇÃO III, em sua cláusula décima segunda, destaca-se

que quando as mercadorias adquiridas em operação interestadual com bens e mercadorias com ST destinadas ao uso, consumo e ativo imobilizado devem ser calculadas através do DIFAL (Diferencial de Alíquota do ICMS), ou seja, ao valor da operação interestadual deve ser adicionado a diferença entre a alíquota interna do destino, menos a alíquota interestadual do remetente. É importante ressaltar que aquisição de mercadorias por consumidor final, ou seja, pessoa física não possui a incidência da substituição tributária, independentemente de a compra ser interna ou interestadual.

Para finalizar esse subtópico é importante destacar que antes de qualquer aplicação de cálculo da Substituição Tributária é de grande valia verificar se de fato aquela mercadoria no Estado de Santa Catarina está sujeita ao recolhimento do ICMS/ST. Para uma mercadoria se enquadrar com substituição tributária é importante que se identifique o segmento em que se enquadrem, contendo a sua descrição, a classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul baseada no Sistema Harmonizado (NCM/SH) e um Código Especificador da Substituição Tributária (CEST), caso ocorra a inexistência de alguns desses itens, a mercadoria não estará sujeita e, portanto, não será aplicado nenhuma base de cálculo do ICMS-ST.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa científica permite que se investigue algum problema que seja de validade para objeto de estudo. Gil (2004, p.17) define a pesquisa como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. É nesse contexto que este trabalho se desenvolverá em forma de artigo científico, através de uma pesquisa de caráter exploratório defendido por Gil (2004, p.41) como “objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” e de natureza descritiva responsável pela relação predominante entre as variáveis.

Em um primeiro momento para a realização do conteúdo científico, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, ou seja, uma revisão bibliográfica acerca do tema, para que se entendesse o conceito do ICMS, da Substituição Tributária e os seus procedimentos e aplicações da substituição tributária nas operações subsequentes.

O método de pesquisa empregado para coleta de dados se deu através do Estudo de Caso de uma Nota Fiscal de Entrada, disponibilizada por uma empresa de pequeno porte (EPP) optante pelo regime do Simples Nacional contendo a sua razão social descrita como UNITY SEG SEGURANCA ELETRONICA LTDA, conforme o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, que consta na base de dados da Receita Federal do Brasil, sendo a sua atividade econômica principal a de comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças.

Os resultados serão evidenciados sobre a forma de abordagem qualitativa e quantitativa no qual é feita a coleta dos dados de cinco mercadorias com Substituição Tributária, que consta destacado na Nota Fiscal de Compra remetida por um fornecedor optante pelo regime de tributação normal, do Estado de São Paulo, no ano de 2017, para a destinatária Unity. Durante a coleta verificou-se, através do aplicativo da consultoria ITC (Informativo Tributário Contábil) disponível apenas para assinantes, se houve realmente a existência ou não do ICMS/ST nas mercadorias selecionadas. Porém, para se chegar ao resultado dessa pesquisa, seria necessário fazer uma comparação entre as mercadorias adquiridas dentro do Estado de Santa Catarina e as mercadorias de fora do Estado aplicando sobre elas suas alíquotas e Margem de Valor Agregado conforme o regime de tributação da destinatária e do remetente, lembrando que a comparação se sobressai com os produtos com a aplicação da sistemática substituição tributária na modalidade subsequente, em ambas as operações interestaduais e internas. Como os dados referentes às aquisições interestaduais já foram coletados considerando seus menores valores,

para efeito de comparação entre as variáveis, houve a necessidade de simular um preço para essas mesmas mercadorias dentro do Estado de Santa Catarina com um preço mais elevado. Haveria a possibilidade de obter os dados internos através de orçamentos, porém isso levaria um tempo para ser coletado devido ao fato de que poucas empresas respondem por *e-mail* a solicitação. Todas as estruturas de cálculo e para a análise das variáveis coletadas foram elaboradas em uma planilha de Excel com o auxílio do aplicativo para o cálculo da Substituição Tributária fornecido pelo ITC e conforme a regulamentação pertinente em Santa Catarina conhecido como RICMS-SC 01 - Anexo 3 e com o Convênio 52/2017 disponibilizado no site da CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), possibilitando a conclusão do presente artigo de acordo com o problema exposto.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Quando se efetua uma análise de uma mercadoria com a incidência de substituição tributária, é muito importante e válido que seja observado a regulamentação do Estado onde se encontra o destinatário do produto. Em Santa Catarina todo o procedimento relacionado ao ICMS/ST encontra-se na base legal RICM-SC/01 – Anexo 3, art.11 e artigos específicos no capítulo IV do Anexo 3. Para prosseguir com a análise dos dados, foram coletados da Nota Fiscal de entrada nº 130.510 emitido em 03/07/2017, por um fornecedor de São Paulo não optante pelo regime do Simples Nacional e nas operações internas simulou-se valores de dados considerando que a aquisição também foi de um fornecedor de tributação normal.

Antes de qualquer análise foi verificado no aplicativo disponibilizado apenas para assinantes da consultoria ITC (Informativo Tributário Contábil), se tal mercadoria possui incidência de Substituição Tributária, conforme o segmento em que se enquadrem, contendo a sua descrição, classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul baseada no Sistema Harmonizado (NCM/SH) e seu CEST (Código Especificador da Substituição Tributária).

Na tabela a seguir é apresentado às mercadorias que serão objetos de estudo do segmento de Materiais Elétricos e que possuem a substituição tributária conforme a Nota Fiscal de entrada.

Tabela 1 – Descrição dos produtos da NF-e

Código Produto	Descrição do Produto	NCM/SH	CST	CFOP
062-9962	PLUG RCA COM BORNE - USADO EM CÂMERAS	85366990	110	6403
044-1205	FONTE CHAVEADA 12V 5A BIVOLT - PLUG P4 2,1 X 5,5	85044021	110	6403
017-0300	CABO CFTV HD BLINDADO AZUL 305 M 4 PARES - 24AWG	85444900	110	6403
017-0301	CABO CFTV HD BLINDADO PRETO 305 M 4 PARES - 24AWG	85444900	110	6403
017-1025	CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - VERDE - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	85444900	110	6403
017-1023	CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - AMARELO - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	85444900	110	6403

Fonte: Extraído da Nota Fiscal Eletrônica nº 130510

4.1 Alíquotas e margem de valor agregado das mercadorias

Conforme a regulamentação de Santa Catarina (RICM-SC/01 – Anexo 3) sobre a utilização da Margem de Valor Agregado (MVA), quando forem realizadas operações internas deve se utilizar a MVA Original, estipulada pela unidade federativa e em operações

interessaduais utiliza-se a MVA Ajustada. É sempre importante verificar as alíquotas do ICMS nas determinadas operações para executar os seus devidos ajustes de margem valor agregado. A seguir apresenta-se uma tabela com os seus respectivos MVAs e alíquotas.

Tabela 2 – Alíquotas das operações e margem de valor agregado

Descrição do Produto	Operação Interna			Operação Interestadual	
	Alíquota Intra (%)	MVA Original	MVA Original Redução de 70%	Alíquota Inter (%)	MVA Ajustada Redução de 70%
PLUG RCA COM BORNE - USADO EM CÂMERAS	17%	38%	11,40	4%	28,85
FONTE CHAVEADA 12V 5A BIVOLT - PLUG P4 2,1 X 5,5	17%	48%	14,40	4%	32,32
CABO CFTV HD BLINDADO AZUL 305 M 4 PARES - 24AWG	17%	36%	10,80	4%	28,15
CABO CFTV HD BLINDADO PRETO 305 M 4 PARES - 24AWG	17%	36%	10,80	4%	28,15
CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - VERDE - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	17%	36%	14,40	12%	17,47
CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - AMARELO - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	17%	36%	14,40	12%	17,47

Fonte: Dados Extraídos do ITC (Informativo Tributário Contábil)

Verifica-se que é de responsabilidade do Estado em fixar as alíquotas internas, conforme a tabela exibida nas operações dentro do Estado de Santa Catarina (SC) utiliza-se alíquota intra de 17%, logo nas operações interestaduais e de exportação cabe ao Senado a aplicação da alíquota, identifica-se que metade dos produtos descritos na tabela acima possuem a alíquota inter de 4%, pois trata-se de mercadorias que dispuseram de origem estrangeira e referente a alíquota inter de 12% pela sua origem nacional.

Se tratando de mercadorias adquiridas por uma empresa optante pelo regime do Simples Nacional, na legislação é prevista um benefício de redução com 70% da alíquota por qualquer estabelecimento que seja destinatária optante por essa tributação no Estado de Santa Catarina, independente do regime do remetente. Para aplicação da MVA Ajustada utilizou-se uma fórmula que se encontra disponível no RICMS-SC/01. - ANEXO 3, no seu Art. 19, conforme demonstrado a seguir:

$$\text{MVA ajustada} = [(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$

Onde:

- MVA ST original = é a margem de valor agregado estabelecida para o produto;
- ALQ inter = é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;
- ALQ intra = é o coeficiente correspondente à alíquota interna aplicável sobre a operação substituída.

A MVA original e ajustada será utilizada na integração da base de cálculo do ICMS ST.

4.2 Aquisição de mercadorias dentro e fora do estado de Santa Catarina

Na tabela abaixo demonstra-se a aquisição de mercadorias de um fornecedor estabelecido no Estado de São Paulo pelo qual os dados foram extraídos da Nota Fiscal Eletrônica de entrada disponibilizada pela destinatária Unity Seg Segurança Eletrônica e os dados referentes as operações internas foram obtidas através de uma simulação de valores.

Tabela 3 – Aquisições de mercadorias interna e interestadual

Descrição do Produto	Unidade	Quant.	São Paulo		Santa Catarina	
			Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
PLUG RCA COM BORNE - USADO EM CÂMERAS	PC	200	0,67	134,00	0,85	170,00
FONTE CHAVEADA 12V 5A BIVOLT - PLUG P4 2,1 X 5,5	PC	30	24,30	729,00	26,67	800,10
CABO CFTV HD BLINDADO AZUL 305 M 4 PARES - 24AWG	PC	5	169,90	849,50	189,00	945,00
CABO CFTV HD BLINDADO PRETO 305 M 4 PARES - 24AWG	PC	10	169,90	1699,00	189,00	1890,00
CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - VERDE - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	PC	3	20,40	61,20	21,30	63,90
CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - AMARELO - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	PC	3	20,40	61,20	21,30	63,90
Total				R\$ 3.533,90		R\$3.932,90

Fonte: Dados simulados pelo autor

Ressaltando os dados coletados em NF-e de entrada do remetente localizado no Estado de São Paulo e os preços simulados de aquisição em Santa Catarina é possível apontar conforme demonstra a tabela 3, que o valor das mercadorias adquiridas em uma operação interestadual foi de R\$ 3.533,90, diferente da operação interna que se em R\$ 3.932,90. Portanto sem a inclusão do ICMS/ST, IPI, e outros encargos, no valor total das mercadorias, a aquisição interestadual ocasionaria uma economia no custo das mercadorias R\$ 399,00.

4.3 Comparação dos valores das mercadorias adquiridas em operações internas e interestaduais com ICMS/ST.

Para se chegar ao resultado do ICMS/ST na tabela abaixo utilizou-se a fórmula do contribuinte optante pelo Simples Nacional na condição de Substituído representado pelo cálculo aritmético: **ICMS-ST= {[(Valor da operação + seguro + frete + IPI + outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente) + MVA original ou ajustada] x Alíquota Interna} – ICMS próprio interestadual ou interno.**

Lembrando que na fórmula estabelecida acima apesar dela ser padrão, tem alguns itens que se alteram, ou seja, quando se trata de uma operação interna utilizamos no acréscimo ao produto a MVA Original com a redução de 70% pois se trata de uma destinação a uma empresa do Simples Nacional e na parte do “ ICMS próprio” é colocado a alíquota interna. Já nas operações interestaduais a MVA que deve ser utilizada é a “Ajustada” também com a respectiva redução de 70%, utilizando-se no “ICMS próprio” a alíquota interestadual, pois se trata de uma mercadoria remetida por outra Unidade Federativa.

Tabela 5 – Demonstração do resultado do ICMS/ST em operação interestadual

Descrição do Produto	Valor Total com IPI + encargos	MVA Ajustada (%)	ALQ inter	ICMS Próprio	ICMS/ST	Total c/ ICMS/ST
PLUG RCA COM BORNE - USADO EM CÂMERAS	R\$154,10	28,85	17%	4%	R\$28,40	R\$182,50
FONTA CHAVEADA 12V 5A BIVOLT - PLUG P4 2,1 X 5,5	R\$765,45	32,32	17%	4%	R\$143,02	R\$908,47
CABO CFTV HD BLINDADO AZUL 305 M 4 PARES - 24AWG	R\$849,50	28,15	17%	4%	R\$151,09	R\$1.000,59
CABO CFTV HD BLINDADO PRETO 305 M 4 PARES - 24AWG	R\$1.699,00	28,15	17%	4%	R\$302,18	R\$2.001,18
CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - VERDE - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	R\$61,20	17,47	17%	12%	R\$4,88	R\$66,08
CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - AMARELO - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	R\$61,20	17,47	17%	12%	R\$4,88	R\$66,08
Total	R\$3.590,45				R\$634,45	R\$4.224,90

Fonte: Dados extraídos da Nota Fiscal Eletrônica e do ITC (Informativo Tributário Contábil)

Tabela 6 – Demonstração do resultado do ICMS/ST em operação interna

Descrição do Produto	Valor Total	MVA Original (%)	ALQ inter e ICMS Próprio	ICMS/ST	Total c/ ICMS/ST
PLUG RCA COM BORNE - USADO EM CÂMERAS	R\$170,00	11,40	17%	R\$3,29	R\$173,29
FONTA CHAVEADA 12V 5A BIVOLT - PLUG P4 2,1 X 5,5	R\$800,10	14,40	17%	R\$19,58	R\$819,68
CABO CFTV HD BLINDADO AZUL 305 M 4 PARES - 24AWG	R\$945,00	10,80	17%	R\$17,35	R\$962,35
CABO CFTV HD BLINDADO PRETO 305 M 4 PARES - 24AWG	R\$1.890,00	10,80	17%	R\$34,70	R\$1.924,70
CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - VERDE - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	R\$63,90	14,40	17%	R\$1,56	R\$65,46
CABINHO FLEXIVEL 300V 70 - AMARELO - 1X 0,20MM (24AWG) - ROLO C/100 METROS	R\$63,90	14,40	17%	R\$1,56	R\$65,46
Total	R\$3.932,90			R\$78,04	R\$4.010,94

Fonte: Dados simulados pelo autor e alíquota extraída do ITC (Informativo Tributário Contábil)

Realizando uma análise acerca das tabelas apresentadas, constatou-se que não foi vantajoso para a empresa Unity adquirir mercadorias com substituição tributária do Estado de São Paulo. Observando a coluna do valor total da tabela 5 e 6, é explícito que os preços dos produtos foram maiores na aquisição interna, mesmo não considerando o IPI e outros encargos na simulação, porém o ICMS/ST aumentou o preço total em São Paulo de R\$ 3.590,45, considerando que a mercadoria Plug possui 15% de IPI e a Fonte com 5% de IPI, para R\$ 4.224,90, ou seja, exatamente R\$ 634,45 sobre o seu valor total, ocasionando, portanto, uma diferença de R\$ 213,96 de custo de aquisição com imposto, entre as operações internas e interestaduais. Nas próprias colunas que demonstram as MVAs é possível verificar como é alto

as porcentagens nas operações interestaduais, sendo uma das mercadorias adquiridas chegando a 32,32%, considerada uma alíquota elevada, comparada com a Margem de Valor Agregado da operação interna sendo a maior de 14,40%, mesmo com o benefício fiscal implementado para o destinatário em Santa Catarina optante pelo regime tributário do Simples Nacional com a redução de 70% da alíquota. No entanto fazendo a consulta no ITC (Informativo Tributário Contábil) das porcentagens da Margem de Valor Agregado tanto original, como da ajustada é manifesto a constante variação entre as alíquotas dependendo do regime tributário escolhido pelo remetente e o destinatário, principalmente nas operações interestaduais, que se considera também conforme a origem da mercadoria.

5 CONCLUSÃO

No desenvolvimento desta pesquisa, foi possível realizar uma análise acerca do tema substituição tributária, sendo o foco principal a comparação entre as mercadorias adquiridas em operações dentro e fora de Santa Catarina e suas devidas aplicabilidades conforme a RICMS/SC-01, em seu Anexo 3, que explana a regulamentação sobre a sistemática da substituição tributária em operações da modalidade subsequente, objeto de estudo trabalho.

A Substituição Tributária é uma sistemática que trouxe muitas controvérsias quanto a sua aplicabilidade, principalmente quando se trata do fato gerador, na modalidade “para frente”, já que o contribuinte é obrigado a recolher o ICMS/ST antes mesmo do fato gerador de circulação de mercadoria e prestação de serviço ocorrer, ou seja, antecipa-se o imposto de um fato gerador que irá ocorrer no futuro. Porém, apesar dessa e outras polêmicas que rodeiam sobre a ST, ela está prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Complementar, conhecida como “Lei Kandir”.

No meio empresarial, é perceptível a dificuldade dos empresários que administram os seus estabelecimentos em se adequar aos impostos, principalmente quando se trata do cálculo do ICMS/ST, pois muitos não possuem conhecimento sobre o tema. No entanto, mesmo rodeados de dúvidas em função da sua aplicabilidade, não procuram os contadores responsáveis pela contabilidade da sua empresa para sanarem tais imprecisões ou se informar sobre essa sistemática, acabam se atraindo por preços baixos nas aquisições de mercadorias, e finalizando as suas compras sem verificar os impostos que devem ser cobrados e acrescentados no valor total da Nota Fiscal. O trabalho objetivou-se a mostrar como é importante analisar a influência do ICMS/ST na composição do preço final de compra em uma aquisição interestadual pela atratividade do preço mais baixo oferecido pelo fornecedor, pois as Margens de Valor agregado que envolvem operações fora do Estado de Santa Catarina são mais altas e, portanto, nem sempre serão atrativas essas aquisições de outros Estados Federativos, mesmo que o preço de tal mercadoria seja menor. O estudo efetuada na Empresa Unity, respondeu a todos os objetivos propostos ao problema de pesquisa, e foi possível concluir que existe sim uma influência da substituição tributária no preço total da aquisição, pois apesar do preço atrativo no Estado de São Paulo, a empresa estudada acabou pagando um custo bem alto de imposto de ICMS/ST, diferente, se tivesse adquirido tal produtos dentro do Estado de Santa Catarina conforme na simulação proposta, poderia ter economizado R\$ 213,96 entre ambas as aquisições e aplicado na compra de mais mercadorias para o estoque ou até mesmo economizado essa diferença. Isso acontece porque as alíquotas variam conforme a mercadoria, se é adquirida internamente ou fora do seu estado habitual e, por fim, conforme o regime de tributação entre o estabelecimento destinatário e o do remetente, por isso surge a importância de avaliar, pesquisar e conhecer os custos que acometem nas aquisições das mercadorias. Para finalizar, é importante ressaltar que na Nota Fiscal Eletrônica de Compra foi identificado um erro no valor destacado do “ICMS SUBSTITUIÇÃO”, onde, pelo cálculo da autora, o total destacado deveria ser de R\$ 634,45 e

não de R\$ 535,17, portanto o erro foi mencionado ao fornecedor anteriormente, quando a contabilidade teve que gerar uma guia DARE (DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL), para cobrar da Unity o restante do valor que deveria ter sido destacado e recolhido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Consultas CNPJ. Consultas de dados abertos do CNPJ. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. Conselho Nacional de Política Fazendária. Convênio ICMS 52, de 7 de abril de 2017. Dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entre os Estados e o Distrito Federal. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2017/CV052_17>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993. Altera os arts. 40, 42, 102, 103, 155, 156, 160, 167 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc03.htm>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. Protocolo ICMS 117, de 3 de setembro de 2012. Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais elétricos. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/protocolos/2012/pt117_12>. Acesso em: 16 jul. 2018.

DANFE online. Repositório de NF-e, validador de NF-e/CT-e, gerador de DANFE/DACTE e visualizador de CC-E gratuito pela web. Disponível em: <<https://www.danfeonline.com.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FROSSARD, Demerval. **ICMS Genérico: teoria e questões comentadas aplicáveis a todos os estados e ao Distrito Federal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2018. 392 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 175 p.

GORGES, Almir José. **Dicionário do ICMS-SC: o ICMS de A a Z**. 12. ed. Blumenau: Nova Letra, 2011. 1647 p.

ITC Consultoria. **ICMS/ST: Aplicativo para pesquisa do ICMS Substituição Tributária**. Disponível em: < https://itcnet.com.br/st/index_sc_2018.php>. Acesso em: 12 jul. 2018.

KOCH, Deonísio. **Manual do ICMS: comentários à lei complementar 87/96**. 2. ed. Curitiba: Ferreira, 2010. 379 p.

MARIANO, Paulo Antonio; WERNECK, Rafael; BEZERRA, Sandra Regina Alencar. **Substituição Tributária no ICMS: aspectos jurídicos e práticos**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: IOB, 2010. 366 p.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009. 293 p.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.541, de 20 de março de 2018. Introduz a Alteração 3.901 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/legtrib_internet/html/decretos/2018/dec_18_1541.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. Decreto nº 3.467, de 19 de agosto de 2010. Introduz a Alteração 3.901 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/decretos/2010/dec_10_3467.htm>. Acesso em: 9 jul. 2018.

_____. Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/Consulta/Views/Publico/Frame.aspx?x=/Cabecalhos/frame_ricms_01_00_00.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ANEXO A

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica de entrada em uma operação interestadual entre um contribuinte destinatário do Estado de Santa Catarina optante pelo Simples Nacional e um contribuinte remetente do Estado de São Paulo optante pelo regime normal de tributação, pelo qual foram extraídos desta nota apenas as mercadorias com substituição tributária.

RECEBEMOS DE SANTANA CENTRO DAS ANTENAS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO EMISSÃO: 03/07/2017 VALOR TOTAL: R\$ 4.915,38 DESTINATÁRIO: UNITY SEG SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA EPP - AV BRASIL, 107 BELA VISTA SÃO JOSÉ-SC		NF-e Nº. 000.130.510 Série 002	
DATA DE RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica		 CHAVE DE ACESSO 3517 0757 4646 5300 0149 5500 2000 1305 1012 5681 25	
RUA CORONEL MARQUES RIBEIRO, VILA GUILHERME - 02068-050 SAO PAULO - SP Fone/Fax:		0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº. 000.130.510 Série 002 <i>Folha 1/1</i>		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DA OPERAÇÃO		VENDA S.T FORA ESTADO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135170415883122 - 03/07/2017 13:26:41	
INSCRIÇÃO ESTADUAL		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBT. TRIBUT.		CPF - CNPJ	
11183136				57.464.653/0001	

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ - CPF		DATA DA EMISSÃO	
NOME - RAZÃO SOCIAL		14.318.436/0001-38		03/07/2017	
UNITEY SEG SEGURANÇA ELETRONICA LTDA EPP				DATA DA SAÍDA/ENTRADA	
ENDEREÇO		BAIRRO / DISTRITO		CEP	
AV BRASIL, 107		BEI VISTA		88110-501	
MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
SAO JOSE		SC		256522707	
		FONE - FAX		HORA DA SAÍDA/ENTRADA	
		4832854201		12:54:55	

FATURA / DUPLICATA					
Núm.	130510-1	Núm.	130510-2	Núm.	130510-3
Venc.	02-08-2017	Venc.	01-09-2017	Venc.	01-10-2017
Valor	R\$ 1.635,46	Valor	R\$ 1.635,46	Valor	R\$ 1.635,46

CÁLCULO DO IMPOSTO									
BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBT.	V. DDP, DAPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCF	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS	
4.240,20	192,00	5.149,21	535,17	0,00	0,00	0,00	27,56	4.240,20	
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPT	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA	
0,00	0,00	0,00	0,00	140,01	0,00	935,15	127,21	4.915,38	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS					
NOME - RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA		CÓDIGO ANTT	
BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA		(0) Emitente			
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	
R CORONEL MARQUES RIBEIRO, 225		SÃO PAULO		SP	
QUANTIDADE		ESPECIE		MARCA	
9					
NÚMERAÇÃO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO	
		134,800		121,320	

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CIT	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPT	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPT
062-9962	PLUG RCA COM BORNE - USADO EM CAMERAS IVA=28.83% ploms=17.00% Bcloms=198.36 vloms=28.36	85369990	110	6403	PC	200.0000	0.6700	134.00	134.00	3.36	20.10	4.00	15.00
07FZ44	TRANSISTOR 07FZ 44 N - ORIGINAL	85412199	000	6102	PC	5.0000	1.4000	7.00	7.00	0.84	0.14	12.00	2.00
BD135	TRANSISTOR BD 135 - NXP	85412199	000	6102	PC	10.0000	0.4100	4.10	4.10	0.49	0.08	12.00	2.00
4N35	C 1 4N35	85423190	000	6102	PC	10.0000	0.5700	5.70	5.70	0.68	0.11	12.00	2.00
075-7188	CONVERSOR HDMS PARA RCA	85437039	100	6102	PC	5.0000	85.5000	327.50	327.50	11.10	32.75	4.00	10.00
BC847	TRANSISTOR BC 847 SMD	85412199	000	6102	PC	100.0000	0.0750	7.50	7.50	0.90	0.15	12.00	2.00
MCR106-8	TRANSISTOR MCR 106-8	85412199	000	6102	PC	10.0000	0.9500	9.50	9.50	1.14	0.19	12.00	2.00
013-1227	BATERIA 12V 17A ALCALINA GREEN	85061010	100	6102	PC	50.0000	0.9900	49.50	49.50	1.98	7.43	4.00	15.00
4N35	C 1 4N35	85423190	000	6102	PC	10.0000	0.5700	5.70	5.70	0.68	0.11	12.00	2.00
044-1205	FONTE CHAVEADA 12V 5A BIVOLT - PLUG P4 2.1 X 5.3 IVA=32.32% ploms=17.00% Bcloms=1 012.84 vloms=143.02	85044021	110	6403	PC	30.0000	24.3000	729.00	729.00	29.16	36.43	4.00	5.00
017-0300	CABO CFTV HD BLINDADO AZUL 305M - 4 PARES - 24AWG IVA=48.38% ploms=12.00% Bcloms=1 200.32 vloms=117.26	85444990	110	6403	PC	5.0000	189.9000	849.50	849.50	33.98	0.96	4.00	0.00
017-0301	CABO CFTV HD BLINDADO PRETO 305M - 4 PARES - 24AWG IVA=48.38% ploms=12.00% Bcloms=2 520.64 vloms=234.52	85444990	110	6403	PC	10.0000	189.9000	1.899.00	1.899.00	67.96	0.96	4.00	0.00
017-1025	CABO FLEXÍVEL 300V 70° - VERDE - 1 X 0.20MM (24AWG) - ROLO C/ 100 METROS IVA=28.13% ploms=17.00% Bcloms=78.43 vloms=5.99	85444990	010	6403	PC	3.0000	20.4000	61.20	61.20	7.34		12.00	
017-1023	CABO FLEXÍVEL 300V 70° - AMARELO - 1 X 0.20MM (24AWG) - ROLO C/ 100 METROS IVA=28.13% ploms=17.00% Bcloms=78.43 vloms=5.99	85444990	010	6403	PC	3.0000	20.4000	61.20	61.20	7.34		12.00	
013-2023	BATERIA 12V 15A ALCALINA GRANEL - GREEN	85061010	100	6102	PC	200.0000	0.8100	162.00	162.00	6.48	24.30	4.00	15.00
013-3032	BATERIA CR2032 3V LITIO MANGANEZ - GREEN	85065010	000	6102	PC	200.0000	0.5800	116.00	116.00	14.16	17.70	12.00	15.00

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		Inf. Contribuinte: Val Aprox dos Tributos R\$ 935.15 (22.05 %) Fonte: IDPT Val Aprox dos Tributos Federais R\$ 798.13 (18.82 %). Estados R\$ 295.67 (7.04 %). Municípios R\$ 0.00 (0.00 %) Fonte: IDPT Referente aos pedidos(s) 197607/197341 E-mail do Destinatário: ENVIO.NFE@SANTANAACENTRO.COM.BR Valor Aproximado dos Tributos - R\$ 935.15	